

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23.835/2025

1. DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a realização de CHAMAMENTO PÚBLICO para Credenciamento de empresas para Prestação de Serviço Especializado em Diagnóstico e Cirurgias no Aparelho da Visão, a fim de assistir aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Nova Friburgo, conforme condições, especificações, exigências, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2 REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Saúde.

1.3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4 PERÍODO: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato do instrumento contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima de 10 (dez) anos, nos termos do disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de natureza contínua para atender a uma necessidade permanente do município.

1.5 A tabela abaixo demonstra a quantidade e a especificação de todos os procedimentos que as credenciadas deverão disponibilizar, bem como os respectivos valores de referência baseados na Tabela SUS.



ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	U/C	QTD	Preço Unitário	Preço Total
1	30037	0205020020 Paquimetria ultrassônica	Exame	1873	R\$ 14,81	R\$ 27.739,13
2	10189	0205020089 Ultrassonografia de globo ocular / orbita (monocular)	Exame	2252	R\$ 24,20	R\$ 54.498,4
3	30034	0211060011 Biometria ultrassônica (monocular)	Exame	1260	R\$ 24,24	R\$ 30.542,4
4	525	0211060020 Biomicroscopia de fundo de olho	Exame	7762	R\$ 12,34	R\$ 95.783,08
5	30036	0211060038 Campimetria computadorizada ou manual com gráfico	Exame	539	R\$ 40,00	R\$ 21.560,00
6	13627	0211060062 Curva diária de pressão ocular CDPO (mínimo 3 medidas)	Exame	29	R\$ 10,11	R\$ 293,19
7	11592	0211060100 Fundoscopia	Exame	5654	R\$ 3,37	R\$ 19.053,98
8	525	0211060119 Gonioscopia	Exame	133	R\$ 6,74	R\$ 896,42
9	16659	0211060127 Mapeamento de retina	Exame	3542	R\$ 24,24	R\$ 85.858,08
10	30035	0211060143 Microscopia especular de córnea	Exame	1459	R\$ 24,24	R\$ 35.366,16



11	11592	0211060151 Potencial de acuidade visual	Exame	1656	R\$ 3,37	R\$ 5.580,72
12	30042	0211060178 Retinografia colorida binocular	Exame	246	R\$ 24,68	R\$ 6.071,28
13	30039	0211060186 Retinografia fluorescente binocular	Exame	42	R\$ 64,00	R\$ 2.688,00
14	11592	0211060232 Teste ortóptico	Exame	13	R\$ 12,34	R\$ 160,42
15	11592	0211060259 Tonometria	Exame	7766	R\$ 3,37	R\$ 26.171,42
16	30038	0211060267 Topografia computadorizada de córnea	Exame	786	R\$ 24,24	R\$ 19.052,64
17	11720	0303050233 Tratamento medicamentoso de doença da retina I	Procedimento	115	R\$ 627,28	R\$ 72.137,20
18	30055	0405010010 Correção cirúrgica de entropio e ectropio	Cirurgia	11	R\$ 203,74	R\$ 2.241,14
19	30059	0405010079 Exérese de calazio e outras pequenas lesões da pálpebra e supercílios	Cirurgia	5	R\$ 78,75	R\$ 393,75
20	30068	0405010117 Reconstituição de canal lacrimal	Cirurgia	5	R\$ 689,66	R\$ 3.448,3
21	30080	0405010141	Cirurgia	1	R\$ 203,74	R\$ 203,74



		Simblefaroplastia				
22	30073	0405010168 Sondagem de vias lacrimais	Cirurgia	5	R\$ 22,93	R\$ 114,65
23	30048	0405020015 Correção cirúrgica de estrabismo (acima de 2 músculos)	Cirurgia	2	R\$1.661,76	R\$ 3.323,52
24	30049	0405020023 Correção cirúrgica do estrabismo (até 2 músculos)	Cirurgia	2	R\$ 1.167,82	R\$ 2.335,64
25	30086	0405030045 Fotocoagulação a laser	Cirurgia	499	R\$ 107,61	R\$ 53.697,39
26	11720	0405030215 Retinopexia pneumática	Cirurgia	94	R\$ 389,64	R\$ 36.626,16
27	11606	0405030223 Remoção de óleo de silicone	Cirurgia	2	R\$ 468,60	R\$ 937,20
28	30045	0405050020 Capsulotomia a yag laser	Cirurgia	138	R\$ 112,77	R\$ 15.562,26
29	30058	0405050089 Exerese de tumor de conjuntiva	Cirurgia	2	R\$ 82,28	R\$ 164,56
30	30060	0405050100 Facectomia s/implante de lente intra-ocular	Cirurgia	4	R\$ 483,60	R\$ 1.934,40
31	30060	0405050151 Implante secundário de lente intra-ocular – LIO	Cirurgia	4	R\$ 1.112,83	R\$ 4.451,32
32	11606	0405050194 Iridotomia a	Cirurgia	41	R\$ 45,00	R\$ 1.845,00



		laser				
33	11630	0405050208 Paracentese de camara anterior	Cirurgia	8	R\$ 82,28	R\$ 658,24
34	30087	0405050216 Recobrimento conjuntival	Cirurgia	61	R\$ 172,27	R\$ 10.508,47
35	11622	0405050259 Retirada de corpo estranho da córnea	Cirurgia	2	R\$ 25,00	R\$ 50,00
36	30083	0405050283 Substituição de lente intra-ocular	Cirurgia	1	R\$ 544,88	R\$ 544,88
37	20850	0405050291 Sutura de conjuntiva	Cirurgia	16	R\$ 82,28	R\$ 1316,48
38	20850	0405050305 Sutura de córnea	Cirurgia	5	R\$ 164,08	R\$ 820,40
39	30051	0405050321 Trabeculectomia	Cirurgia	24	R\$ 898,35	R\$ 21.560,40
40	30046	0405050364 Tratamento cirúrgico de pterigio	Cirurgia	68	R\$ 209,55	R\$ 14.249,40
41	30044	0405050372 Facoemulsificação com implante de lente intra-ocular dobrável	Cirurgia	719	R\$ 771,60	R\$ 554.780,40
42	30019	0505010097 Transplante de córnea	Cirurgia	10	R\$ 2.070,00	R\$ 20.700,00
Total Geral: R\$ 1.255.920,22 (Um milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte						



reais e vinte e dois centavos).

1.6 A estimativa dos quantitativos descritos na tabela acima foi realizada com base em uma análise criteriosa da demanda, em conformidade com o inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021. A metodologia utilizada considerou tanto o perfil de consumo histórico extraído do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) referente ao ano de 2023, quanto a demanda reprimida identificada na fila do sistema de regulação municipal, sendo acrescida uma margem de segurança de 20% para absorver as variações durante a vigência do contrato.

1.7 As empresas credenciadas deverão executar os procedimentos oftalmológicos conforme as condições, especificações técnicas, quantidades estimadas e demais exigências apontadas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar que o fundamenta.

1.8 O presente credenciamento visa a eventual e futura prestação dos serviços, sendo a remuneração realizada exclusivamente por produção, ou seja, por procedimento efetivamente prestado, conferido e validado pela gestão do contrato. Desta forma, os quantitativos e o valor total estimado representam um teto máximo, não gerando direito adquirido à Contratada ou obrigação de desembolso para a Administração Municipal caso a demanda não se concretize em sua totalidade.

1.9 Os serviços a serem contratados são caracterizados como comuns e de natureza contínua, uma vez que visam atender a uma necessidade permanente e prolongada da Secretaria Municipal de Saúde de prover assistência oftalmológica à população, conforme demonstrado pela crescente demanda e pela existência de filas de espera.

1.10 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1.746 de 2022.



2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A fundamentação detalhada da contratação, incluindo a demonstração do problema a ser resolvido e a justificativa para os quantitativos, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), que constitui apêndice deste Termo de Referência.

3. CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

3.1 O Chamamento Público permanecerá aberto para qualquer empresa interessada que cumpra os requisitos de habilitação, sendo permitido o credenciamento a qualquer tempo durante a vigência do edital. O objetivo é garantir a mais ampla participação de prestadores de serviço, visando atender à necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

3.2 Poderão se credenciar todas as pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto, e que atendam integralmente às seguintes condições e aos demais requisitos de habilitação que serão detalhados no Edital:

3.2.1 Possuir objeto social, expresso em seu ato constitutivo, compatível com a prestação de serviços oftalmológicos.

3.2.2 Apresentar inscrição ativa e regular no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e Alvará de Funcionamento Sanitário vigente.

3.2.3 Comprovar que a execução dos serviços será realizada por profissionais médicos habilitados e com registro vigente no Conselho Regional de Medicina.

3.3 Serão credenciadas todas as empresas que atenderem às exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica previstas no Edital, não havendo limite para o número de credenciados. O sistema de credenciamento busca contratar todos os interessados que preencham os requisitos, a fim de multiplicar os pontos de atendimento no município.

3.4 A distribuição da demanda entre os múltiplos credenciados será realizada pela Central de Regulação, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, que será responsável por referenciar os pacientes. A distribuição ocorrerá por meio de critérios objetivos, impessoais e isonômicos, que garantam a distribuição equitativa dos serviços e o livre acesso dos usuários, podendo incluir, entre outros, a ordem de acionamento, rodízio, ou a opção do paciente, conforme regulamentação a ser estabelecida pela Secretaria.



3.5 O objeto desta contratação é considerado indivisível, não sendo parcelado em lotes. Conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar, o parcelamento seria tecnicamente desvantajoso, pois fragmentaria a linha de cuidado do paciente (diagnóstico e cirurgia), prejudicando a qualidade da assistência e a eficiência administrativa.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1 A descrição da solução como um todo, incluindo as exigências relacionadas à infraestrutura, equipamentos, manutenção, equipe técnica e demais aspectos do ciclo de vida do objeto, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência .

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 A contratação e a execução dos serviços deverão observar os seguintes requisitos, além daqueles previstos no Edital de Chamamento Público e seus anexos:

5.1.1 Requisitos de Sustentabilidade:

5.1.1.1 A contratada deverá adotar práticas de gestão ambientalmente adequadas, especialmente no que se refere ao gerenciamento dos resíduos gerados. Para tal, deverá possuir e executar um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) atualizado , em estrita conformidade com a RDC nº 222/2018 da ANVISA, a Resolução CONAMA nº 358/2005 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

5.1.2 Subcontratação:

5.1.2.1 É vedada a subcontratação da execução dos serviços assistenciais/médicos previstos neste Termo de referência.

5.1.2.2 Será permitida, contudo, a subcontratação parcial exclusivamente para a utilização de espaço físico devidamente licenciado (como clínicas, hospitais ou centros cirúrgicos) localizados no município de Nova Friburgo, desde que:

a) A subcontratação limite-se apenas à infraestrutura física, não abrangendo qualquer serviço de natureza médica, administrativa ou técnica;

b) O espaço subcontratado esteja devidamente licenciado pelos órgãos competentes, com alvará sanitário vigente, CNES ativo e demais exigências legais;



5.1.3 Local de Execução e Infraestrutura:

5.1.3.1 A execução de todos os serviços deverá ocorrer, obrigatoriamente, dentro do município de Nova Friburgo.

5.1.3.2 A contratada deverá contar com toda a estrutura física, de equipamentos e de apoio necessária à realização dos serviços credenciados, sendo expressamente vedada a utilização de unidades públicas para a realização dos procedimentos. A empresa deverá fornecer todos os equipamentos, acessórios, materiais permanentes, descartáveis e medicamentos específicos necessários à realização dos atendimentos.

5.2 Requisitos de Habilitação Técnica: Além da documentação de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista que será exigida no Edital, as proponentes deverão comprovar, no mínimo, os seguintes requisitos técnicos:

5.2.1 Comprovante de inscrição ativa e regular da empresa no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

5.2.2 Alvará de Funcionamento Sanitário vigente, emitido pelo órgão competente.

5.2.3 Comprovação de registro ou inscrição da pessoa jurídica no Conselho Regional de Medicina (CRM).

5.2.4 Apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução satisfatória de serviços de oftalmologia compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

5.2.5 Apresentar a relação de sua equipe técnica, comprovando que a execução dos serviços será feita por profissional médico habilitado e com registro vigente no Conselho Regional de Medicina.

5.2.5.1 Eventuais substituições de profissionais (férias, licenças, etc.) deverão ser feitas por outros de qualificação técnica equivalente ou superior.

5.3 Assinatura do Contrato:

5.3.1 A empresa credenciada e convocada deverá assinar o contrato no prazo estipulado no Edital, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

6. DA EXECUÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



6.1 A prestação dos serviços deverá ter início em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação do extrato do instrumento contratual no Diário Oficial do Município.

6.2 A execução dos serviços se dará sob demanda, exclusivamente para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) devidamente referenciados pela Central de Regulação, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, que será a única responsável por encaminhar os pacientes para atendimento.

6.3 A CONTRATADA deverá ter capacidade de atender à demanda referenciada com eficiência, presteza e zelo, executando todos os procedimentos oftalmológicos para os quais foi credenciada, conforme as especificações técnicas deste Termo de Referência.

6.4 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e neste Termo de Referência.

6.5 A CONTRATADA é responsável por quaisquer danos ou prejuízos que seus agentes, nessa qualidade, venham a causar à Administração ou a terceiros, respondendo por si e por seus sucessores, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.

6.6 A aceitação provisória ou definitiva dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios e defeitos que venham a se manifestar.

6.7 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência. A CONTRATADA deverá corrigir, refazer ou substituir os serviços rejeitados no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às suas próprias custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.8 Fica expressamente vedada a cobrança de qualquer taxa ou valor adicional do paciente pelos serviços prestados no âmbito do contrato. Todos os procedimentos e insumos necessários devem ser fornecidos pela CONTRATADA, com remuneração exclusiva via Tabela SUS, paga pela Administração Municipal.

6.9 A Secretaria Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo e de forma justificada, solicitar a substituição de qualquer profissional da equipe da CONTRATADA cuja atuação seja considerada inadequada, devendo a empresa promover a substituição em prazo a ser definido na notificação.

6.10 A CONTRATADA deverá considerar e obedecer a todas as Normas e Portarias do Ministério da Saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS) que regulamentam a prestação dos serviços oftalmológicos.



7 DA GESTÃO DO CREDENCIAMENTO

7.1. O presente Termo de Credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Central de Regulação, Controle e Avaliação, que designará fiscais para o acompanhamento do credenciamento, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e de tudo dar ciência à Administração.

7.3. O(s) fiscal(is) do credenciamento anotar(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.4. O(s) fiscal(is) do credenciamento informará(ão) a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.5. A fiscalização competirá, em especial:

7.5.1. Monitorar o cumprimento das metas e a qualidade dos serviços prestados, assegurando que o atendimento seja destinado exclusivamente aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) referenciados pela Central de Regulação.

7.5.2. Auditar a conformidade dos serviços prestados e a correta apresentação da documentação comprobatória para fins de faturamento, que inclui o DISP (Documento de Informação de Serviços Prestados), Relatório Nominal de Pacientes, BPA (Boletim de Produção Ambulatorial) e/ou APAC (Autorização de Procedimento de Alta Complexidade), e a Ficha de Autorização do SISREG.

7.5.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação da empresa CREDENCIADA ao longo da vigência do Termo, consultando os cadastros pertinentes antes de cada pagamento.

7.6. A CREDENCIADA deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-la na execução do contrato, que poderá ser convocado pela fiscalização para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.7. A CREDENCIADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.



7.8. A CREDENCIADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

7.9. Somente a CREDENCIADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7.9.1. A inadimplência da CREDENCIADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

7.10. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CREDENCIADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.11. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CREDENCIADA pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

7.12. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

7.12.1. Encaminhar os pacientes para atendimento na rede credenciada por meio da Central de Regulação.

7.12.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CREDENCIADA.

7.12.3. Atestar as faturas/notas fiscais da CREDENCIADA, após a devida verificação dos serviços prestados pela fiscalização.

7.12.4. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos e condições estabelecidos.

7.12.5. Aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CREDENCIADA.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Da Medição dos Serviços

8.1.1. A medição dos serviços para fins de pagamento será baseada na **produção efetivamente realizada e comprovada** pela CREDENCIADA, tendo como referência de valores os definidos na Tabela



de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (Tabela SUS) do Ministério da Saúde.

8.1.2. Para fins de faturamento e prestação de contas, a CREDENCIADA deverá apresentar à fiscalização, até o décimo dia de cada competência subsequente, o relatório de produção para análise e conferência.

8.1.3. A comprovação dos serviços executados deverá, obrigatoriamente, seguir a ordem e a integralidade da documentação comprobatória, que inclui:

a) Documento de Informação de Serviços Prestados (DISP);

b) Relatório Nominal de Pacientes atendidos;

c) Boletim de Produção Ambulatorial (BPA) e/ou Autorização de Procedimento de Alta Complexidade (APAC) com relatório e arquivo correspondente;

d) Ficha de Autorização do SISREG acompanhada do requerimento médico e do laudo de realização do procedimento.

8.1.4. A equipe de fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde analisará a documentação apresentada, podendo realizar glosas técnicas ou administrativas conforme o Manual de Glosas da Central de Regulação, Controle e Avaliação.

8.1.5. Somente após a conferência e o ateste da produção pela fiscalização, a CREDENCIADA será comunicada a emitir a nota fiscal no valor exato correspondente aos serviços aprovados.

8.2. Do Faturamento e do Pagamento

8.2.1. A nota fiscal de serviço deverá ser emitida em nome do **Fundo Municipal de Saúde – CNPJ 11.399.442/0001-79**, endereço: Avenida Alberto Braune, 224, 2º andar/sala 221 – Centro/NF-CEP 28613-000.

8.2.2. A liquidação será realizada pela Secretaria de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações dispostas neste Termo de Referência, em observância ao Decreto Municipal nº 2.493, de 07 de novembro de 2023.

8.2.3. Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa o disposto no Decreto Municipal nº 2480/2023, que dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda



incidente na fonte, observando ainda as regras da Lei Federal nº 9.430/1996 e da Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.234/2012.

8.2.4. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto Municipal nº 2.493, de 07 de novembro de 2023, desde que as seguintes certidões da CREDENCIADA estejam com a validade em dia:

- a) Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- b) Fazenda Federal (abrangendo as Contribuições Sociais);
- c) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF/FGTS);
- d) Dívida Ativa Estadual (PGE); e) Fazenda Municipal (referente ao ISS e Dívida Ativa);
- f) Estadual (CND - referente ao ICMS).

8.2.5. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente da CREDENCIADA, para que possibilite à CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido.

8.2.6. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

8.2.7. A Administração Pública poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação, nos termos da legislação aplicável.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CREDENCIAMENTO, por Chamamento Público, Constituição Federal de 1988 e nos Procedimentos Auxiliares previstos na Lei nº Lei 14.133/2021, em especial, no Art. 79, par. Único, inciso I da Lei 14.133/21.

9.1.1. O procedimento de credenciamento deverá ser divulgado e mantido à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, através do edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados, conforme dispõe o Art. 79, par. único, inciso I da Lei 14.133/21.



9.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



9.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9.12.1. Habilitação Jurídica:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;



- i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;
- j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165). k) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.12.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.



g) Para proponentes cujo domicílio ou sede seja fora de Nova Friburgo, além dos documentos dos itens "e" e "f" relativos à sede, deverão ser apresentados os comprovantes de inscrição e regularidade fiscal municipal (Alvará de Localização, etc.) do estabelecimento localizado em Nova Friburgo onde os serviços serão prestados.

9.12.3. Qualificação Técnica.

É condição indispensável para o credenciamento que a prestação de todos os exames, tratamentos e cirurgias ocorra dentro do município de Nova Friburgo.

a) As comprovações das exigências de habilitação deverão ser acrescidas das seguintes exigências:

- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, do estabelecimento situado no Município de Nova Friburgo;
- Comprovação da habilitação para prestação de serviços junto ao SUS – Sistema Único de Saúde;
- Comprovação de registro da proponente no Conselho Regional de Medicina (art. 67 da Lei 14.133/21);
- Apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a empresa ter cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível (serviços de diagnóstico e cirurgias oftalmológicas) ou com complexidade superior ao especificado, com clara menção ao serviço e execução bem-sucedida. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição;
- Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento vigente do estabelecimento situado no Município de Nova Friburgo;
- Cópia da Certidão de Anotação do Responsável Técnico no Conselho Regional de Medicina (CRM);
- Para a execução dos serviços, os profissionais médicos deverão possuir registro vigente no Conselho Regional de Medicina e deverão estar em dia com as obrigações junto ao Conselho Regional de Medicina.
- Comprovação da disponibilidade da estrutura física para a realização dos procedimentos cirúrgicos. Caso sejam imóveis e equipamentos próprios, apresentar documento que



comprove a propriedade. Caso sejam locados, apresentar o respectivo contrato de locação ou sublocação do imóvel, com prazo de vigência compatível.

- A Administração Municipal, por meio de sua equipe técnica, se reserva o direito de realizar Vistoria Técnica prévia nas instalações da proponente, em data e horário a serem agendados, como condição para a habilitação. A vistoria terá como objetivo verificar a veracidade das informações apresentadas, a presença física dos equipamentos listados (próprios ou locados) e a funcionalidade da estrutura declarada.
- Os profissionais médicos que prestarão os serviços deverão possuir Registro de Qualificação de Especialista em oftalmologia.
- Deverá ser fornecido os dados do Responsável Técnico pela empresa, devendo ser comprovado pelos meios médicos cabíveis, em especial junto ao CRM.

b) Apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a credenciada cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado neste Termo de Referência, com clara menção do produto e execução bem-sucedida. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.

c) Não poderão participar do credenciamento as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

d) As empresas em recuperação judicial poderão participar do credenciamento desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art.58 da Lei 11.101/2005).

e) Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

f) A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e



praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

g) É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9.12.4 Comprovação de adequação Econômico e Financeira

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As empresas optantes pelo Simples Nacional poderão apresentar a documentação contábil de forma simplificada, conforme dispõe a legislação vigente.

b) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data de apresentação. No caso de empresa em recuperação judicial, vide 9.12.3. d)

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

10.1. Da Contratante

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Credenciada, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



10.1.3. Notificar a Credenciada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pela Credenciada;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Credenciada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos;

10.1.6. Aplicar à Credenciada sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do objeto;

10.1.7. Observar para que durante a vigência do credenciamento sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Credenciada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

10.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

10.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Credenciada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Credenciada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2. Da Credenciada

10.2.1. A Credenciada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Atender, em sua capacidade instalada, a todos os pacientes encaminhados pela Central de Regulação da Contratante durante a vigência do credenciamento;

b) Não subcontratar, ceder ou transferir totalmente, o objeto do credenciamento;



c) Manter, durante a vigência do credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Edital;

d) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto;

e) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

f) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, a Contratante em caso de alteração;

10.2.2. Os equipamentos, materiais e serviços ofertados deverão atender às exigências de qualidade, segurança e eficácia, observados os padrões e normas editadas pelos órgãos competentes (ANVISA, ABNT, INMETRO, etc.).

10.2.3. A prestação de serviços será realizada por profissionais devidamente habilitados, que deverão portar identificação visível e atender com urbanidade e presteza os pacientes encaminhados pela Contratante, bem como a fiscalização.

10.2.4. Fornecer toda a mão de obra, materiais, insumos, medicamentos, transportes e ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços em quantidade, qualidade e tecnologia compatíveis com as necessidades dos serviços.

10.2.5. Manter seu pessoal identificado, zelando pela conduta e desempenho de sua equipe, substituindo, sempre que necessário, qualquer profissional cuja atuação seja considerada inadequada ao bom atendimento dos usuários do SUS.

10.2.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio de terceiros (pacientes e acompanhantes), advindos de imperícia ou imprudência na execução dos serviços.

10.2.7. Substituir imediatamente os materiais e equipamentos considerados inadequados pela fiscalização para a correta prestação dos serviços.



10.2.8. Responsabilizar-se pelo treinamento contínuo de seus funcionários, necessário à perfeita execução dos serviços, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

10.2.9. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.

10.2.10. Designar um preposto para responder junto à fiscalização, o qual deverá ter autonomia para tomar as decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

10.2.11. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança do paciente e à medicina do trabalho.

10.2.12. Possuir e executar um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), em conformidade com a RDC nº 222/2018 da ANVISA e demais legislações aplicáveis, responsabilizando-se pelo correto manejo e destinação final de todos os resíduos gerados em seu estabelecimento.

10.2.13. Comunicar à fiscalização, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.2.14. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas.

10.2.15. Guardar sigilo absoluto sobre todas as informações e dados dos pacientes obtidos em decorrência do cumprimento do objeto, não os divulgando em nenhuma hipótese, em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e ao sigilo profissional.

10.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de suas capacidades e custos, devendo atender à demanda que lhe for direcionada, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento, por parte da CREDENCIADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21.

11.1.1. Comete infração administrativa a credenciada que:



- 11.1.1.1. dar causa à inexecução parcial do objeto;
- 11.1.1.2. dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.1.3. dar causa à inexecução total do objeto;
- 11.1.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o chamamento público;
- 11.1.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.1.6. não celebrar o Termo de Credenciamento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada;
- 11.1.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado;
- 11.1.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para habilitação ou prestar declaração falsa durante a habilitação ou a execução do objeto;
- 11.1.1.9. fraudar o Chamamento Público ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;
- 11.1.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do Credenciamento;
- 11.1.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de habilitação ou o conluio entre os credenciados, em qualquer momento da contratação.
- 11.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:
 - 11.3.1. advertência;
 - 11.3.2. multa;
 - 11.3.2.1. compensatória no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da primeira fatura mensal prevista, pela recusa em assinar o Termo de Credenciamento no prazo estabelecido após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções;
 - 11.3.2.2. compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;



11.3.2.3. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), por dia de atraso injustificado na execução de obrigação, calculada sobre o valor da fatura mensal correspondente, até o limite de 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do Termo de Credenciamento;

11.3.2.4. A inadimplência por prazo superior a 20 (vinte) dias poderá acarretar multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor da fatura mensal correspondente e/ou a rescisão do Termo de Credenciamento;

11.3.3. impedimento de licitar e contratar;

11.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Impedimento de contratar ou licitar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos.

11.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a credenciada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

11.6. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

11.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

11.8. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à credenciada, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 A estimativa do valor para fins do Credenciamento será o valor de R\$ 1.255.920,22 (Um milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte reais e vinte e dois centavos), considerando os quantitativos e valores da tabela sus.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados



no Orçamento do Município, na forma abaixo:

13.1.1 Fonte de Recurso: 1600;

13.1.2 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.59;

13.1.3 Programas de Trabalho:

**Gestão das Ações em Saúde dos Programas e Unidades de Atenção Primária: -
30001.1030100832.193**

13.2 As notas fiscais de serviço deverão ser emitidas em nome do Fundo Municipal de Saúde – CNPJ 11.399.442/0001-79, endereço: Avenida Alberto Braune, 224, 2º andar/sala 221 – Centro/NF-CEP 28613-000.

13.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.4 Os serviços prestados serão remunerados de acordo com valores unitários estabelecidos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Termo de referência elaborado por:

Nova Friburgo-RJ, 24 de julho de 2025.

ELABORADOR:

APOIO TÉCNICO:

Gabriel da Silva Barbosa
Matr.: 301.320

Alexandra Rodrigues Barbosa
Mat. 299.038

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O**
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.



Leslie da Conceição Moura
Secretário Municipal de Saúde em Exercício
Matrícula 207.520

